

19 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação, será afixada em local visível e público das instalações da DGPC e disponibilizada na sua página eletrónica ([www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt)), sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do *Diário da República* com informação sobre a sua publicitação.

20 — Nos termos do disposto no artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, o presente procedimento permitirá a constituição de uma reserva de recrutamento, válida pelo período de 18 meses após a homologação da lista unitária de ordenação final.

21 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da referida Portaria, o presente Aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) no 1.º dia útil seguinte à respetiva publicação no *Diário da República*, na página eletrónica da DGPC ([www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt)) e em jornal de expansão nacional, por extrato, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data da referida publicação.

22 — Em tudo o não expressamente previsto no presente Aviso, o concurso rege-se, designadamente, pelas disposições atualizadas constantes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Lei n.º 12-A/2008, de 28 de fevereiro (normas transitórias abrangidas pelos artigos 88.º a 115.º), Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho, Portarias n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro e n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, pela Constituição da República Portuguesa e pelo Código do Procedimento Administrativo.

23 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

23 de outubro de 2017. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Correia Diogo Baptista*.

310871515

## Direção Regional de Cultura do Alentejo

### Aviso (extrato) n.º 14334/2017

Torna-se público que, nos termos dos artigos 45.º e seguintes da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o período experimental de vínculo, na carreira/categoria de Técnico Superior, cumprido pela trabalhadora Ana Cristina Feliz Ramalhosa, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a Direção Regional de Cultura do Alentejo, foi concluído com sucesso. O resultado deste período experimental foi homologado por despacho de 15 de novembro de 2017, da Senhora Diretora Regional de Cultura do Alentejo.

16 de novembro de 2017. — A Diretora Regional de Cultura do Alentejo, *Ana Paula Ramalho Amendoeira*.

310948482

### Aviso (extrato) n.º 14335/2017

Torna-se público que, nos termos dos artigos 45.º e seguintes da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o período experimental de vínculo, na carreira/categoria de Assistente Técnico, cumprido pelo trabalhador Nuno José Santos Martins Gonçalves, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a Direção Regional de Cultura do Alentejo, foi concluído com sucesso. O resultado deste período experimental foi homologado por despacho de 4 de outubro de 2017, da Senhora Diretora Regional de Cultura do Alentejo.

16 de novembro de 2017. — A Diretora Regional de Cultura do Alentejo, *Ana Paula Ramalho Amendoeira*.

310948539

## CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, AMBIENTE E MAR

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

### Despacho n.º 10394/2017

I — Por aviso n.º 8614/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 147, de 1 de agosto de 2017 e divulgado na Bolsa de Emprego Público (BEP), com o Código da Oferta n.º OE201708/0048, foi aberto procedimento concursal com vista ao recrutamento, seleção e provimento de cargo de direção intermédia de 1.º grau para o Departamento do Mar e Recursos Marinhos, do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

II — Concluído o respetivo procedimento concursal e mediante proposta de designação fundamentada do correspondente júri que considerou que a candidata possui a competência técnica, a experiência profissional, a aptidão necessárias e o perfil adequado para o exercício das funções em causa, foi designada para o cargo de Diretora do Departamento do Mar e Recursos Marinhos Maria Ana Figueira Martins, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, por despacho de 30 de outubro de 2017, do Presidente do Conselho Diretivo, Jorge Miguel Miranda, nos termos dos n.ºs 9 e 10, do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

III — De acordo com o disposto no n.º 11, do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, anexa-se a nota relativa ao *curriculum* académico e profissional da designada.

Nome: Maria Ana Figueira Martins.

Data de nascimento: 17 de janeiro de 1974.

Nacionalidade: Portuguesa.

Habilitações Académicas e Profissionais: Curso de Formação de Gestão Pública (FORGEP), Instituto para as Políticas Públicas e Sociais, ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa (2017); Especialização em Direito Internacional e Relações Internacionais, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2008); Pós-graduação em Ciências Jurídicas, Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (2006-2007); Licenciatura em Direito, Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (1991-1997).

Experiência e Atividade Profissionais: Diretora do Departamento do Mar e Recursos Marinhos, nomeada em substituição, IPMA, IP (2016-presente data); Coordenadora Jurídica e Financeira (2012-2016) e Assessora Jurídica (2006-2012), Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental; Jurista no Ministério da Defesa Nacional (2003-2006), no Instituto de Solidariedade e Segurança Social (2002-2003) e no Ministério da Saúde (1998-2002); Participação na preparação da Proposta Portuguesa de Extensão da Plataforma Continental, tendo integrado a delegação portuguesa que a entregou nas Nações Unidas (2010) e que apresentou em (2010) perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental; Assessora jurídica nas reuniões de Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e Membro do Grupo de Juristas Linguistas da Convenção OSPAR; Assessora Jurídica no Grupo de trabalho ad-hoc informal para o estudo de matérias relacionadas com a conservação e utilização sustentável da biodiversidade em áreas para além da jurisdição nacional, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; Membro do grupo de trabalho criado para analisar e simplificar a legislação relacionada com o Mar (SIMPLEX MAR); Membro do Grupo de Trabalho das Áreas Marinhas Protegidas; Participação em conferências e seminários sobre Direito do Mar.

8 de novembro de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jorge Miguel Alberto de Miranda*.

310916284

## EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Agualva Mira Sintra, Sintra

### Aviso n.º 14336/2017

Para efeitos do disposto na alínea *d*) do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que foi extinta a relação jurídica de emprego do docente Henrique Joaquim Alves dos Santos, por motivo de falecimento ocorrido no dia vinte e cinco de outubro de 2017.

7 de novembro de 2017. — O Diretor, *José Luís Rodrigues Henriques*.

310917304

Agrupamento de Escolas de Alcochete

### Aviso n.º 14337/2017

**Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de quatro postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo para as funções correspondentes à categoria de assistente operacional.**

I — Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 30.º, artigos 33.º a 38.º e n.º 5 do artigo 56.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP),